

“Por em alto relevo o grande quadro do passado”: o Instituto Histórico da Bahia (1856-1864)

Poner en alto relevo el gran cuadro del pasado: el Instituto Histórico de Bahía (1856-1864)

Magno Francisco de Jesus Santos¹

RESUMO: Nos idos de 1856 foi fundado o Instituto Histórico da Bahia. Tratava-se da instituição pioneira do gênero criada em âmbito provincial no Império do Brasil e que seguia os moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ao longo de sua efêmera trajetória, o sodalício publicou oito edições de uma revista, na qual revelava as nuances da constituição de uma historiografia provincial. Com isso, neste artigo tenho o fito de analisar o projeto historiográfico constituído no âmbito do Instituto Histórico da Bahia no período entre 1856 e 1864. Para isso mobilizo como fontes os impressos do “Periódico do Instituto Histórico da Bahia”, no qual os sócios publicaram sobre as propostas de escrita da história.

PALAVRAS-CHAVE: Instituto Histórico da Bahia; historiografia brasileira; historiografia oitocentista.

ABSTRACT: In 1856, the Historical Institute of Bahia was founded. It was the pioneering institution of its kind created at a provincial level in the Empire of Brazil and which followed the model of the Brazilian Historical and Geographical Institute. Throughout its ephemeral trajectory, the sodalício published eight editions of a magazine, in which it revealed the nuances of the constitution of a provincial historiography. Therefore, in this article I aim to analyze the historiographical project created within the scope of the Instituto Histórico da Bahia in the period between 1856 and 1864. For this I use as sources the printed material from the “Periódico do Instituto Histórico da Bahia”, in which the partners published about proposals for writing history.

KEYWORDS: Historical Institute of Bahia; Brazilian historiography; nineteenth-century historiography.

INTRODUÇÃO

¹ Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq-2. E-mail: magno.santos@ufrn.br

Pôr em alto relevo o grande quadro do passado desenvolvendo-o até o presente; recomenda-lo a memória e a inteligência; apresentar os factos, seos diversos atributos, com as ligações, que os prendem; demonstrar a razão deles com a philosophia e respectiva hermenêutica; descrever os homens, que sobre esses mesmos factos influíram, apresentando aquelles, como estes em toda a perspectiva da verdade; pintar com cores vivas e indeléveis o destino da humanidade e a marcha da sociedade; eis a grande, a imensa e sublime missão da história (Garcia, 1863, p. 3) [Grifos meus].

Este artigo tem como epígrafe as considerações iniciais do letrado Manoel Correia Garcia, no primeiro texto da edição inaugural do “Periódico do Instituto Histórico da Bahia”, publicado no longo outubro de 1863. O exórdio explicitava um esforço do letrado na tentativa de instituir uma definição de história, na qual trazia como finalidade central expor as experiências tecidas entre o pretérito e o presente nos moldes de um grande quadro. Neste sentido, a história entrelaçava duas dimensões complementares. Por um lado, o seu fazer envolvia a exigência de mãos habilidosas, capazes de articular os fatos, de instituir um sentido aos episódios. Por outro, o resultado da narrativa histórica eclodia como um quadro, uma obra de arte a ser contemplada pela população, a revelar o passado como uma cena cristalizada, instância perpetuada por meio de palavras.

Assim, na leitura de Manoel Correia Garcia, a história apresentava-se como um fazer correlato à arte: um quadro a ser exposto, em sua dimensão final, de apresentação da síntese ou como algo a ser pintado com cores vivas e inextinguíveis. Como uma pintura, a história deveria eternizar os grandes acontecimentos e os homens responsáveis por tais atos. A história eclodia como um monumento, a busca exasperada em perenizar os acontecimentos tidos como notáveis.

O tear da história, na acepção defendida por Manoel Correia Garcia, assim como uma pintura histórica, não deveria ser resultante exclusivamente da imaginação do artista. Não caberia apenas em pintar os episódios do passado e ilustrar com os retratos de seus grandes homens. O fazer historiográfico implicava em ir além da apresentação dos fatos, por meio do exercício em criar conexões, em vasculhar as motivações, os sentidos que os tornaram possíveis. Para isso, a história deveria adentrar os espinhosos campos da filosofia, em busca da razão dos fatos; e da hermenêutica, com a compreensão dos atributos que conectavam os episódios. E tudo isso deveria ser pensado a partir do compromisso com a verdade.

A presença de uma definição de história como aspecto introdutório do primeiro texto do “Periódico do Instituto Histórico da Bahia” emerge como um aspecto instigante e revelador das finalidades projetadas no âmbito do sodalício baiano. A instituição emergia como um espaço que agregava os principais nomes entre os homens de letras na província, imbuídos da necessidade de escrita da história. Ao contrário da instituição congênere fundada na corte em 1838, a agremiação da Bahia abraçava exclusivamente a demanda por história, com a necessidade de ressaltar o passado como um quadro a ser exposto. Conforme as palavras mobilizadas como título neste artigo, “por em alto relevo o grande quadro do passado”, implicava em constituir uma vitrine na qual as experiências pretéritas

pudessem ser alvo da reflexão e da contemplação. O passado era o material e o anseio, a relíquia a ser acionada para feitura de um projeto de nação. Mas em que consistia esse projeto? Quais letrados corroboraram com essa feitura? Quais as ressonâncias desse pioneiro instituto provincial?

Pautado nestas questões, tenho como escopo analisar o projeto historiográfico constituído no âmbito do Instituto Histórico da Bahia no período entre 1856 e 1864. Trata-se do período inicial de atuação institucional, que perpassa pela fundação, ocorrida em 1856 e a publicação de oito edições do Periódico, iniciada tardiamente, entre os anos de 1863 e 1864. Pautado nesta premissa, mobilizo como fontes os impressos do “Periódico do Instituto Histórico da Bahia”, com ênfase para os sócios que publicaram sobre as propostas de escrita da história. Além desses registros documentais, também enveredo pela seara dos registros produzidos fora dos ditames institucionais, como os relatórios de presidentes de província e os jornais coetâneos. O cotejo entre essas fontes possibilita entender os lugares sociais dos letrados que fundaram e ocuparam cargos na diretoria do Instituto Histórico da Bahia.

Esse conjunto documental permite pensar o Instituto Histórico da Bahia como um lócus de construção de um projeto de nação no qual a província da Bahia passava a ocupar um espaço privilegiado. Esse projeto pode ser lido no âmbito da cultura política, pois a projeção da aludida província deveria ocorrer por meio da elucidação do passado, ao vencer a penumbra do tempo e revelar as glórias do passado como uma luz a iluminar e inspirar o presente. Neste sentido, evoco a noção de cultura política mobilizada por René Remond, na qual, a escrita da história é pensada como uma ação política, pois,

A história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata de história política: suas variações são resultado das mudanças que afetam o político, como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político (Remond, 2007, p. 22).

Além disso, a agremiação provincial se tornou um dos espaços pioneiros na congregação da elite letrada baiana, que passava a ter condições de debater e negociar as ideias atinentes aos fazeres historiográficos e de valorização das letras. Com isso, essa congregação, efetivada por meio de reuniões, enunciação de discursos e publicações no periódico institucional possibilitava a instituição do que Jean-François Sirinelli entendeu como “microclimas que caracteriza um microcosmo particular” (Sirinelli, 2007, p. 253). As afinidades de propostas, bem como as polêmicas na apreciação de temáticas históricas eram reveladoras da construção de uma leitura comum de passado e de um projeto compartilhado de futuro.

Desse modo, esse artigo contribui para a compreensão de uma instituição acadêmica consideravelmente desconhecida e escassamente aventada como problema de pesquisa. Poucos estudos se debruçaram sobre a referida agremiação, quase sempre pensada tangencialmente ou como preâmbulo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que viria a ser fundado apenas em 1894. Entre as pesquisas pioneiras temos

Tranquilino Torres (1894), Maria Conceição da Costa e Silva (2001) e Aldo José Morais Silva (2006).

Imbuído da premissa de contribuir com os estudos de história da historiografia, estruturei o texto em três momentos. No primeiro discorro sobre os aspectos que perpassam a fundação do sodalício. Tratava-se de uma ação que buscava constituir uma reparação, na qual a elite baiana buscava evidenciar o protagonismo provincial na historiografia nacional. No segundo momento analiso o perfil dos sócios e o envolvimento de letrados na composição da diretoria do sodalício em um contexto marcado pela demanda por história. Por fim, no terceiro momento, perpasso pelos debates atinentes à concepção de história e as ações de fundação de um projeto historiográfico em âmbito institucional.

1 “CONGRATULAR-SE COM PAIZ PELA NOVA SENDA QUE SE ABRIA AO SEO PROGRESSO LITTERARIO E SCIENTIFICO”: O INSTITUTO HISTÓRICO DA BAHIA

O Instituto Histórico da Bahia foi fundado no dia 3 de maio de 1856, em uma reunião entre letrados realizada no salão do Conselho da Instrução Pública da Província da Bahia. A data escolhida para a fundação era de grande peso simbólico: tratava-se do dia consagrado à invenção da Santa Cruz. Além da dimensão litúrgica, que sinalizava a forte presença de clérigos católicos no seletivo grupo de sócios, a data também remetia à uma tradição histórica nacional, pois a Santa Cruz reportava-se aos primeiros topônimos atribuídos ao país, com Ilha de Vera Cruz e Terra de Santa Cruz. Possivelmente, sinalizava uma ambição de repensar a história nacional com ênfase para o passado provincial. A Bahia se tornava o novo centro de produção historiográfica, conforme consta na ata da sessão inaugural:

Foi aberta sob a presidência do Exm. Sr. Arcebispo a primeira sessão do Instituto Histórico Bahiano. Depois do acto da inauguração, expoz S. Exma. Revma. com a sublime eloquência, característica de todos os seus discursos, os fins à que se propõe o Instituto, terminado por *congratular-se com o paiz pela nova senda que se abria ao seo progresso litterario e scientifico* (Instituto Histórico da Bahia, 1863, p. 17). [Grifos meus]

Após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, propagaram-se propostas de criação de instituições congêneres nas províncias do Império do Brasil. O cerne desses intentos era amplificar os horizontes de escrita das histórias provinciais (Santos, 2023b). No contexto de fundação do IHGB, Januário da Cunha Barbosa ressaltou o papel exercido por letrados instados nas províncias, tidos como,

escritores que se dessem ao trabalho de recomendar à posteridade muitos desses fatos, que são lidos em todos os tempos com justa admiração; mas, espalhados por um tão vasto território como este em que agora o Brasil assenta o seu trono imperial, eles mais escreveram histórias particulares das províncias (Barbosa, 1838, p. 10).

Imbuídos desse alvitre, no decorrer da década de 1850 ocorreram algumas ações no sentido de fundar instituições provinciais nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A primeira tentativa ocorreu na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1854, por meio da ação do presidente provincial, Cansanção Sinimbu. De acordo com Renato Costa:

Durante a gestão do Visconde de SINIMBU, um grupo de homens representativos da Província resolveu tomar a si a idéia da criação de um Instituto Histórico e Geográfico. Para isso, reuniram-se no Palácio do Governo e chegaram a eleger uma diretoria, na qual figuravam, como Presidente, o próprio Governador Cansansão de Sinimbu, o barão de Porto Alegre, como Vice-presidente, e Machado Ourique, como secretário. Do grupo de fundadores, participou também o ilustrado médico rio-grandense, dr. Manoel Pereira da Silva UBATUBA (Costa, 1982, p. 43).

Todavia, esse instituto pioneiro teve vida efêmera. Poucos meses após a fundação, a instituição foi extinta, que no entendimento de Renato Costa, ocorreu em decorrência da “morte prematura de um dos grandes entusiastas da idéia, Machado Ourique, e o afastamento de Sinimbu do governo provincial” (Costa, 1982, p. 43). Somente no dia 16 de fevereiro de 1860 ocorria outra iniciativa na província com a fundação de segundo Instituto Histórico e Geográfico da Província de Pedro, que para Luciana Boeira, seria o “primeiro congênere regional do IHGB de que se tem notícia no país” (Boeira, 2009, p. 32).

Todavia, ainda na década de 1850, dois anos após a malograda tentativa efetivada em São Pedro do Rio Grande do Sul, ocorreu a criação do sodalício baiano, que se tornou a primeira experiência exitosa de uma instituição congênere ao IHGB em âmbito provincial. O Instituto Histórico da Bahia antecedeu a fundação de outras agremiações, que foram criadas a partir da década de 1860 em diferentes regiões do país durante o período imperial (Santos, 2013, p. 97), como o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (1860), o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (1862), o Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano (1869) e o Instituto do Ceará (1887).

Na imprensa e documentação oficial da província da Bahia, a agremiação foi nomeada de diferentes formas, entre as quais, Instituto Literário, Instituto Histórico Baiano, Instituto Histórico da Bahia e Instituto Histórico Provincial. Poucos dias após a fundação, o presidente provincial da Bahia, Álvaro Tibério de Moncorvo Lima, destacou o evento e os objetivos da novel instituição:

Instituto Litterario

Sob a presidência do Prelado Diocesano instalou-se nesta Cidade no dia 3 do corrente um Instituto Histórico Bahiano, devido a perseverança do hábil professor Manoel Correia Garcia. Tem o Instituto por fim escrever a História da Bahia, a biographia dos seus Capitães Generaes, a dos seus Presidentes, Deputados Geraes e Provinciae, e a de todos os homens celebres filhos desta província; e divide-se em Secções que se occuparão da Estatística, História Natural, Geodesia, Archeologia, Topographia, e Geographia da Província.

Faço votos para que seus primeiros trabalhos o salvem da prematura morte, que de ordinário se receia da indiferença e da inércia, e que tenha elle uma existência prolongada e gloriosa (Lima, 1856, p. 33-34).

As palavras do presidente provincial evidenciavam uma mescla de sentimentos, deslocando-se entre o entusiasmo pela efervescência científica e o temor de extinção prematura. Essa conotação cambiante na fala do governante era compreensível, pois havia uma considerável demanda pela escrita da história do Brasil e de suas províncias, bem como, em meados da centúria oitocentista os fazeres científicos em âmbito provincial ainda eram consideravelmente incipientes diante da escassez de letrados habilitados nos fazeres históricos e da ausência de instituições que os congregassem. O receio de Álvaro Lima era que sobrossos similares ao do sodalício da Província de São Pedro impedissem o cumprimento das finalidades institucionais.

A assertiva do presidente ressaltava que o Instituto da Bahia tinha como intento escrever a “História da Bahia” e a biografia de seus grandes homens, notadamente, os que ocuparam cargos públicos. Tratava-se de uma prerrogativa correlata ao que foi preconizado pelo IHGB, que de acordo com Isadora Maleval, “as expectativas em torno da criação de um gigantesco arquivo, onde seriam guardados documentos relativos a tudo o que dizia respeito à história do país, se encontravam com a necessidade de escrever uma história nacional” (Maleval, 2019, p. 628-629). Além disso, assim como ocorria no IHGB, a escrita biográfica emergia como um projeto historiográfico (Oliveira, 2011), com as complexas relações entre indivíduo e sociedade. Conforme foi salientado por Evandro Santos, pela “biografia, um personagem íntimo pode virar um ator da história nacional” (Santos, 2022, p. 142)

No Instituto Histórico da Bahia os fazeres historiográficos eram apresentados como um sinal de civilização, na qual a presença alçava qualquer localidade a equiparar-se com aos países tidos como mais adiantados. Essa prerrogativa foi veiculada na Revista da Instrução Pública de 1856:

Em todos os paizes cultos da Europa estabelecimentos como este todos os dias se formam; e se lá, onde a história não só geral dos paizes, como

especial das cidades, das villas, e ainda de seus monumentos e celebridades, tem sido escripta por muitas e habilíssimas pennas, são ellas de summo interesse, e despertam sempre a atenção de todos, - do governo que as auxilia, que as protege, - dos literatos que procuram incorporar-se em seus seio, dar-lhes prestígio, nome e vida; que será de nosso paiz, onde uma História exacta, critica, minuciosa e imparcial do Brasil ainda não appareceu, e da Bahia que não temos mais do que as excellentes Memórias do Sr. Coronel Ignacio Accyoli? (Revista da Instrução Pública, 1894, p. 84).

A notícia publicada no impresso educacional elucidava a correlação entre a disseminação dos fazeres historiográficos e o índice civilizacional. O parâmetro acionado foi o das nações europeias, onde os institutos históricos e atuação de habilidosos historiadores eram amplamente difundidos. Pautada nesta premissa, a publicação evocava o financiamento do Instituto Histórico da Bahia por meio do poder público, que deveria proteger e auxiliar nas atividades investigativas. Essa demanda veiculada na Revista da Instrução Pública, de algum modo, induzia que o atraso nacional era devedor da ausência de maior fomento do Estado nacional às instituições e aos historiadores. Em consequência dessa ausência de fomento, o país ainda demandava a elaboração de uma história geral da nação, pois somente em 1854 havia saído da prensa o primeiro volume da História Geral do Brasil de Varnhagen (Cézar, 2018).

Essa interpelação de fomento do Estado imperial brasileiro às agremiações científicas aludidas pelo impresso educacional baiano em contraponto com a história da historiografia brasileira remete a uma cobrança desproporcional. Afinal, ao longo da centúria oitocentista era possível identificar um considerável esforço do governo imperial em custear as atividades de associações científicas, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (Santos, 2023a; Santos, 2024). Em relação à “Casa da Memória Nacional”, conforme foi ressaltado por Manoel Luís Salgado Guimarães, apenas “cinco anos após a sua fundação, as verbas do Estado Imperial já representavam 75% do orçamento do IHGB, porcentagem que tendeu a se manter constante ao longo do século XIX” (Guimarães, 1988, p. 9).

Ao considerar o amparo financeiro imperial às atividades das instituições científicas situadas na corte, torna-se possível avalizar as críticas difundidas na Revista da Instrução Pública por outro ângulo, ou seja, pela centralização dos fazeres historiográficos e do custeio às instituições e aos historiadores situados na capital do Império do Brasil. Essa hipótese torna-se verossímil ao considerar a assertiva de que nos países europeus tidos como mais civilizados a história era fomentada pelo poder público, não somente a “geral dos paizes, como especial das cidades, das villas, e ainda de seus monumentos e celebridades” (Revista da Instrução Pública, 1894, p. 84).

Assim, é possível afirmar que a crítica elucidava uma demanda pela criação de condições de produção historiográfica nas províncias, a descentralização dos fazeres historiográficos que viabilizasse a escrita da história da Bahia. Ao visar esse empreendimento, o Estatuto do Instituto Histórico da Bahia previa em seu parágrafo primeiro do primeiro artigo que “logo que estabelecido sob sólidas bases, a alta proteção de

S. M. o Imperador” (Bahia, 2001, p. 3). No entendimento de Aldo Silva, apesar dessa previsão de fomento dos cofres públicos do Império do Brasil, o Instituto Histórico da Bahia não constituiu um projeto oficial. Ainda de acordo com o historiador, em diferentes momentos ocorreram tratativas no sentido de solicitar o apoio do poder moderador, inclusive, no momento da viagem do imperador às províncias do norte em 1859, mas sempre desprovida de êxito (Silva, 2006, p. 83-84).

Essa ponderação acerca de se tratar de uma instituição não-oficial demonstra ser pertinente, pois ao contrário do que ocorreu em províncias como São Pedro do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Alagoas, na Bahia o sodalício não foi fundado a partir de iniciativas do presidente provincial, mas da articulação de letrados e de religiosos. Ao contrário do que ocorreu nas demais províncias, onde o cargo de presidente dos sodalícios foi atribuído ao chefe do poder executivo, na Bahia foi designado como presidente o Arcebispo Primaz do Brasil, Dom Romualdo Antônio de Seixas. Ao pronunciar o discurso de fundação do Instituto Histórico da Bahia, já na condição de presidente, Dom Romualdo de Seixas clamou a necessidade de fomento imperial como um ato patriótico para asseverar a longevidade institucional:

O amor da Sciencia, o zelo pela sua propagação, e o patriotismo, que transluzem nos illustres membros, que o compõe, tudo afiança que, mais feliz do que outros iguaes estabelecimentos literários, que sucumbiram à uma não sei que lamentável fatalidade, mormente colocando-se sob os Magnanimos Auspícios de S. M. O Imperador, a Quem o mesmo Instituto vai dirigir sua respeitosa supplica.

Muitos Monarchas tem conquistado o reconhecimento Publico pela generosa proteção das Lettras; mas o Augusto Brasileiro não só as acolhe e protege, como também as conhece e possui em grão eminente, e não verá sem grande satisfação o novo sanctuario erigido na segunda Capital do seu Império ao culto das Sciencias (Seixas, 1863, p. 16).

Nas palavras do prelado baiano, os sócios da nova agremiação estavam imbuídos do sentimento de amor às ciências e de patriotismo, aspectos necessários para a fundação de uma instituição voltada à produção historiográfica, mas que não era suficiente para assegurar a durabilidade. O êxito institucional estava a mercê do fomento imperial, que na corte se mostrava afeito aos fazeres científicos. Com o auxílio do monarca, “debaixo da imediata proteção imperial” (Guimarães, 2011), a agremiação poderia ser alçada à condição de santuário de culto à ciência, nos moldes do IHGB.

2 “ESTÁ DESTINADA EM NOSSA HISTÓRIA UMA PÁGINA QUE ESPERO SERÁ BRILHANTE E HONROZA”: OS LETRADOS E O INSTITUTO HISTÓRICO DA BAHIA

Apesar da eleição de Dom Romualdo de Seixas como presidente na primeira diretoria, o Instituto Histórico da Bahia teve como idealizador o letrado Manoel Correia Garcia, tido pelos contemporâneos como uma das mentes mais ilustradas da província. Na década de 1850, período no qual empreendeu esforços para reunir letrados e fundar o instituto, ele atuava como docente da Escola Normal da Bahia, cargo que ele ocupava desde o dia 29 de julho de 1840, e que lhe possibilitou receber apoio do poder público provincial para realizar estudos na Europa. Sobre ele, Sacramento Blake apresentou os seguintes dados biográficos:

Manoel Correia Garcia – Filho do negociante portuguez Manoel Correia Garcia e dona Leonor Joaquina Garcia, é nascido na Bahia no anno de 1816, falleceu na mesma cidade a 24 de fevereiro de 1890, sendo doutor em philosophia pela universidade de Tubiguen, do reino de Wurtemberg, advogado na dita cidade, professor emérito da escola normal e commendador da ordem portugueza da Conceição da Villa Viçosa por serviços gratuitos prestados como advogado à real sociedade portugueza Dezesseis de Setembro. Preparado com todos os estudos de humanidades e várias línguas, querendo o governo local estabelecer uma escola normal, foi escolhido, depois de respectivo concurso, para ir à Europa estudar os methodos de estabelecimentos dessa ordem, sendo em sua volta um dos fundadores do da Bahia, onde foi lente por espaço de 21 annos. Representou a província em sua assembléa nos biênios de 1870-1871 e 1876-1877; foi um dos sócios fundadores do antigo instituto histórico da Bahia e eleito seu secretário a 3 de maio de 1856, e também sócio instituidor da sociedade Philosophica (Blake, 1900, p. 50-51).

Os dados biográficos de Manoel Correia Garcia apresentados por Sacramento Blake elucidam uma sólida formação acadêmica, incluindo o doutorado em Filosofia. Essas prerrogativas o tornavam um dos mais habilitados letrados na província, capaz de escrever e ministrar aulas sobre diferentes assuntos. Essas habilidades foram atestadas pelo então diretor Geral de Estudos da Província da Bahia, Abílio César Borges, ao visitar as aulas da Escola Normal, quando informou em seu relatório:

deixando apenas de assistir a de Arthmetica, Desenho linear e Calligraphia exercida pelo Sr. Manoel Correia Garcia (de cujas habilitações escuso dizer, porque mais alto fallam os seus escriptos sobre variados assumptos insertos em vários periódicos), porque se fazia tarde, e eu precisava de com elle, juntamente com os outros Lentes, conferenciar acerca dos melhoramentos que reclama aquella Eschola (Borges, 1856, p. 44)

A alocução apresentada pelo diretor da instrução pública baiana enfatizava o prestígio intelectual da figura de Manoel Correia Garcia. Tratava-se de um letrado que parecia ser dotado de habilidades docentes inquestionáveis, que dispensava a observação de

sua prática em sala de aula pelos superiores. Além disso, ele foi apresentado como um homem versado em história, capaz de ministrar novos componentes como a História Pátria e a História Natural. O relatório escrito no mesmo ano da fundação do Instituto Histórico da Bahia elucidava uma ampla demanda pela difusão das letras históricas na província:

Porque razão não se hade aproveitar a capacidade do Sr. Portella professando uma outra matéria como seja Geographia e História, ainda que se lhe conservasse a obrigação de dar uma lição de Pedagogia por semana? – Não desenvolveria um tal estudo incomparavelmente mais a inteligência dos seus discípulos e futuros mestres? – Oh! Que sim.

Quanto à aula do Sr. Manuel Correia Garcia, que consiste em Arithmetica, Desenho linear e Calligraphia, poderia também ser alterada mais convenientemente à instrução dos aspirantes, e mais em relação com as habilitações d'aquelle distincto Professor: - eu proporia que sua aula compreendesse o estudo da Arithmetica, da História Pátria e também noções de História natural, de Geologia e Mineralogia, conservando-lhe a obrigação de dar por semana uma lição de Calligraphia.

À respeito da aula do Professor Belarmino, eu apenas requereria maior extensão no estudo da História eclesiástica com explicações da Bíblia, etc. (Borges, 1856, p. 45).

A proposta de reorganização do currículo da Escola Normal da Bahia apresentada por Abílio César Borges distribuía as disciplinas históricas entre os três docentes lotados na instituição. Cada docente ficaria responsável por quatro componentes curriculares. O lente João Alves Portella, na primeira cadeira, ficaria responsável pelas disciplinas Geografia Física, História antiga e moderna (primeiro ano), Geografia astronômica e História moderna (segundo ano), além da lição de Pedagogia aos sábados. A segunda cadeira, com Manoel Correia Garcia, teria como atribuição as disciplinas Aritmética e Desenho linear, Noções de História natural, Geologia e Mineralogia (primeiro ano), Aritmética e História do Brasil (segundo ano), além das lições de Caligrafia aos sábados. Por fim, a terceira cadeira, provida por Belarmino Gratuliano de Aquino, seria responsável também por quatro disciplinas: Gramática Filosófica, História Sagrada (primeiro ano), Gramática filosófica e História Sagrada, Estudos da Bíblia (segundo ano).

Observa-se que dos 12 componentes curriculares propostos, cinco eram de história, voltados para as experiências gerais (antiga e moderna), do Brasil e religiosa (sagrada). Em meados da década de 1850, a história era apresentada como uma necessidade basilar na formação do cidadão do Império do Brasil e isso repercutiu no reconhecimento dos seus docentes, que passaram a ocupar importantes cargos em instituições culturais. No caso da Escola Normal, os três lentes que ministravam disciplinas de história, assim como o próprio diretor da instrução pública, integravam a lista dos sócios fundadores do Instituto Histórico da Bahia, conforme pode ser observado no Quadro 1:

Quadro 1 – Lista de sócios do Instituto Histórico da Bahia (1856-1869)

Tipo	Ordem	Letrados	Profissão ou cargos
Sócios efetivos (1858-1858)	1	D. Romualdo Antônio de Seixas	Arcebispo
	2	Jonathas Abott	Conselheiro
	3	Gaspar José Lisboa	Conselheiro
	4	João Antônio de Vasconcellos	Desembargador
	5	João Joaquim da Silva	Desembargador
	6	Antônio Januário de Faria	Doutor
	7	Salustiano Ferreira Souto	Doutor
	8	Antônio José Alves	Doutor
	9	João Antunes de Azevedo Chaves	Doutor
	10	Manuel Pedro Moreira de Vasconcellos	Doutor
	11	Pedro Antônio de Oliveira Botelho	Doutor
	12	Abílio Cezar Borges	Diretor da Instrução pública
	13	João José de Oliveira Junqueira	Ministro do Supremo Tribunal
	14	Salustiano José Pedroza	
	15	Pedro Eunápio Deiró	
	16	Innocencio Marques de Araújo Goes (barão de Araújo Goes)	
	17	Francisco Antônio Pereira Rocha	
	18	Francisco José da Rocha	
	19	Agrário de Sousa Menezes	
	20	Pedro da Costa e Abreu	

	21	José Joaquim da Fonseca Lima	Cônego
	22	Francisco Bernardino de Souza	Padre
	23	Pompílio Manuel de Castro	
	24	Manoel Correia Garcia	Professor
	25	José Pedro Xavier Pinheiro	
	26	Antônio Franco da Costa Meirelles	Doutor
	27	João José Barbosa de Oliveira	Doutor
	28	Antônio da Rocha Vianna	Padre
	29	Bellarmino Gratuliano de Aquino	Professor
	30	João Alves Portella	Professor
	31	Costa Rego	
	32	José Ferreira Souto	Desembargador
	33	Malaquias Álvares dos santos	Doutor
	34	Eduardo Ferreira França	Doutor
	35	Francisco Rodrigues da Silva	Doutor
	36	Domingos Rodrigues Seixas	Doutor
	37	Antônio Garcia Pacheco Brandão	Doutor
	38	Antônio Álvares da Silva	Doutor
	39	Antônio Luiz Affonso de Carvalho	Doutor
	40	Manoel Pinto de Souza Dantas	Doutor
	41	Demétrio Cyriaco Tourinho	Doutor
	42	Carlos Frederico dos Santos Xavier	Doutor
	43	João Gualberto dos Passos	Doutor
	44	Manoel Martins Alves	Doutor
	45	Domingos José de Britto	Padre

	46	Manoel Pedro dos Santos Lorena	Padre
	47	Constantino do Amaral Tavares	Tenente
	48	Luiz Olympio Telles de Menezes	
Novos sócios efetivos (1863- 1869)	49	Manoel Joaquim da Silveira	Arcebispo
	50	Otto Wucherer	Doutor
	51	Fortunato Antônio de Freitas	Doutor
	52	José de Goes Siqueira	Doutor
	53	Francisco José da Silva e Almeida	Doutor
	54	Francisco Manuel raposo de Almeida	Doutor
	55	Gustavo Adolpho de Sá	Doutor
	56	Manoel Saturnino	Doutor
	57	Estêvão Alves dos Reis	Cônego
	58	Carlos Luiz D'Amour	Padre e depois bispo de Cuiabá
	59	Nicolay	Padre
	60	Raymundo Nonato da Madre de Deus Pontes	Frade
	61	Domingos Mondim Pestana	Tenente-coronel
	62	João José Sepúlveda de Vasconcellos	Major
	63	Theotonio Soares Barbalho	Professor
	64	José Antonio da Cunha	
	65	João da Silva Romão	
	66	Antônio Ferrão Muniz	Comendador
	67	Manoel Ladislau Aranha Dantas	Conselheiro
	68	José de Souza Lima	Cônego

	69	Manoel dos Santos Pereira	Cônego
	70	Ramiro Affonso Monteiro	Doutor
	71	José Pereira da Silva Reis	Doutor
	72	Henrique Burkhardt	Doutor
	73	Virgílio Clímaco Damásio	Doutor
	74	Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha	Doutor
	75	João Pedro da Cunha Valle	Doutor
	76	Álvaro Tiberio Moncorvo e Lima	Doutor
	77	José Luiz de Almeida Couto	Doutor
	78	Guilherme Pereira Rebello	Doutor
	79	Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake	Doutor
	80	Collatino Marques de Souza	Tenente
	81	Francisco Pereira Reis	
Presidente honorário	82	Conde de Irajá	
Sócios Honorários	83	Marquês de Abrantes	
	84	Visconde de Uruguai	
	85	Visconde de Jequitinhonha	
	86	Ângelo Muniz da Silva Ferraz (barão de Uruguaiana)	
	87	Manoel de Assis Mascarenhas	
	88	Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso da Câmara	Conselheiro
Sócios correspondentes	89	Manoel de Araújo Porto Alegre	Secretário do IHGB
	90	Zacarias de Góis e Vasconcellos	Doutor

	91	Luiz Antônio Pereira Franco	Doutor
	92	José Bernardo Galvão	Doutor
	93	Antônio José Henriques	Conselheiro
	94	Pedro de Calasans	Doutor
	95	Alexandre José de Mello Morais	Doutor
	96	Antônio Manoel de Mello	Brigadeiro

Fonte: elaborado pelo autor com informações extraídas da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, volume 1 (p. 81-83).

A lista constituída por 96 sócios elucida um cenário no qual o Instituto Histórico da Bahia priorizou o reconhecimento dos letrados que viviam na província, com o expressivo número de 81 sócios efetivos, ou seja, que se encontravam em território baiano. Isso corrobora o projeto de instituir condições de permitir a escrita da história provincial, com a valorização e congregação dos homens letrados da localidade. Ressalta-se que nesse grupo de sócios efetivos também estavam inclusos alguns homens que não eram da Bahia, como os presidentes da província, que passavam pouco tempo ocupando o cargo por nomeação do imperador.

Um aspecto que chama a atenção para uma instituição recém-criada e que buscava reconhecimento e legitimidade no espaço nacional era o reduzido número de sócios correspondentes, com apenas 8 pessoas. Geralmente, o convite para esse cargo era uma estratégia de difusão da instituição em outros espaços e de envolvimento de letrados que integravam importantes agremiações científicas e culturais. Outro cargo insigne dos institutos e que também foi pouco numeroso no sodalício baiano foi o de sócio honorário, geralmente outorgado a personalidades que contribuíram de forma significativa para a difusão da ciência, incluindo o custeio financeiro. Foram apenas sete sócios honorários ao longo de pouco mais de duas décadas.

No quadro de sócios efetivos havia um grande predomínio de doutores, termo geralmente na centúria oitocentista para os egressos das faculdades de Direito e Medicina. Foram identificados 36 doutores entre os sócios. Esse contingente é devedor da existência da Faculdade de Medicina da Bahia, fundada nos idos de 1808 e que havia se transformado em um espaço privilegiado de formação da elite letrada baiana e de parte considerável das províncias do antigo norte do Brasil. Outros dois grupos se destacavam no quadro de sócios efetivos: o de sacerdotes católicos, com 12, e de professores, com 5. Apesar de serem em menor número do que os doutores, eles foram os principais articulistas que contribuíram com a publicação de textos históricos no Periódico do Instituto Histórico da Bahia e fomentaram, de algum modo, a construção de um projeto historiográfico.

3 “A IMMENSA E SUBLIME MISSÃO DA HISTÓRIA”

A fundação do Instituto Histórico da Bahia foi marcada pela soma de esforços de diferentes letrados no intuito de efetivar o grandioso propósito de escrita da história da província. Esse empenho resultou na realização de preleções, conferências e, primordialmente, de reuniões entre os sócios. Somente ao longo do primeiro mês de existência da instituição, os sócios se reuniram quatro vezes. Essas reuniões, posteriormente, passaram a ser mensais e tornaram-se um espaço onde eram apreciadas obras científicas, o ingresso de novos sócios, bem como, de debate acerca de problemas da história provincial. A história era o campo de maior proeminência no sodalício e era tida como uma ciência que iria consolidar o sentimento patriótico. Nas palavras de Manoel Correia Garcia:

Eis a imensa e sublime missão história; lecção a mais necessária; porque é nesse código, em que são descriptos os bons ou máos feitos dos homens; porque é nesse archivo da humanidade, em que o espírito, ávido de saber, vai beber, a longos sorvos, a experiência na grande página do gênero humano; porque é por ella que combinando-se o passado com o presente tiram-se consequencias, quasi infallíveis, para o futuro, adquirindo-se assim, ainda em tenra idade, capacidade provecta.

É, pois, por ella, pela história, que o espírito humano caminha nessa marcha incessante, pela qual chegará, sem dúvida, ao último gráo de aperfeiçoamento; porque a história abrange todos os conhecimentos humanos; porque todos os conhecimentos humanos são da história (Garcia, 1863, p. 3-4).

A leitura de Manoel Correia Garcia elucidava uma concepção de história que coadunava com pensamento de grande parte dos homens de letras no Brasil oitocentista, ou seja, era devedora da afinidade com os antigos. Como bem explicitou Rodrigo Turin, a “constatação dessa presença, concretizada de modo abundante na forma de epílogos, citações e comparações, indica, entre outras coisas, a familiaridade desses autores com a tradição clássica” (Turin, 2010, p. 132). A história como espectro do passado capaz de guiar a sociedade do presente nos caminhos do futuro, remetia à uma dimensão pedagógica. Ela seria a lição a ser ensinada na formação das novas gerações, o aprendizado fundamental para direcionar um povo ao futuro, desviando-se dos erros cometidos em eras pretéritas. Tratava-se de um saber correlato ao apotegma de “mestra da vida”.

Todavia, a apropriação da definição antiga de história por Manoel Garcia não ocorreu de forma integral e fidedigna. Ele estabelecia a história como um saber-síntese, uma ciência-matriz, ou melhor explicitando, o arquivo da humanidade, a cápsula mágica capaz de guarnecer todos os conhecimentos. Era uma leitura na qual estabelecia uma hierarquização das ciências e alocava a história em lugar de realce, ao considerá-la a guardiã

do conhecimento. A história era apreendida como o grande repositório dos humanos, uma ciência-base para implementar um mundo civilizado.

Assim, a história eclodia atravessada pelo ideal de civilização. Ela seria o motor responsável por direcionar as nações nos caminhos que levariam ao progresso, pois à medida que se conhecia o passado, os erros e males poderiam ser evitados, o que levaria a abreviar a longa marcha civilizatória. Essa premissa foi apresentada por Dom Romualdo Antônio de Seixas, presidente do sodalício, no discurso de inauguração no dia 3 de maio de 1856:

Ora, que objecto mais importante, mais patriótico, e estreitamente ligado com os interesses da nossa bella Província, do que a creação do Instituto, com que procuramos dotá-la, abrindo uma nova perspectiva, ou phase de progresso, há muito reclamada pelos amigos da civilização e da sciencia? (Seixas, 1863, p. 10).

O prelado da Bahia enalteceu o Instituto Histórico como um espaço que permitiria instituir o progresso da província. A implementação da civilização em terras baianas seria devedora do êxito de seu instituto, com o fomento à produção científica. Por tal motivo, as palavras do religioso elucidaram que essa criação era uma antiga demanda dos amantes da ciência e da civilização. Estas, por sua vez, eram apresentadas como um artefato uníssono ou interligado de modo idiossincrático. Para adentrar o rol das nações civilizadas, a travessia perpassava de modo *sine qua non* pela ciência. Por tal motivo, ainda no primeiro ano de atuação, os integrantes da diretoria da agremiação, em reunião realizada na casa de Manoel Correia Garcia, no dia 14 de dezembro, estabeleceram os temas a serem investigados, visando compor as publicações do Periódico do Instituto Histórico da Bahia:

Leo-se como expediente uma carta do Orador da Sociedade communicando não poder por doente comparecer. Apresentado pelo Sr. 1º secretário o plano para a publicação do periódico, foi elle approved pela Sociedade.

Foram em seguida apresentadas as seis theses seguintes dadas para a discussão na ordem abaixo mencionada:

1ª. A occupação dos Hollandezes que elementos deixou para o estado actual do Brazil? (Dr. Pedro Botelho).

2ª. Quaes foram os germens de civilização deixados pelos Jesuítas no Brazil, e especialmente na Bahia? (Correia Garcia).

3ª Qual a influência que teve a proclamação da Independência do Brazil sobre nossa litteratura? (Dr. José de Góes).

4ª Que benefícios tem prestado as ordens religiosas à civilização do Brasil (Dr. José de Góes).

5ª Que influência teve o tráfico de escravos sobre a nossa civilização, sobre nossos costumes, sobre a lavoura, em uma palavra, sobre os interesses mais vitais do Brasil? (Padre Bernardino de Souza).

6ª Qual o conceito que merece Sebastião da Rocha Pitta quando falla de Diogo Álvares Correia? (Dr. Franco Meirelles).

O Dr. Franco Meirelles motivou o requerimento seguinte que foi aprovado.

1º Requeiro que sejam por um tachigrapho tomados os discursos enunciados por ocasião da discussão das theses apresentadas; e depois publicadas no periódico da Sociedade (Instituto Histórico da Bahia, 1863, p. 38-39).

Os seis temas das teses que seriam discutidas no seio do Instituto Histórico da Bahia eram reveladores do esteio que norteava o projeto historiográfico a ser instaurado na província. Primeiramente, era notável o esforço em repensar alguns problemas já investigados nos escritos históricos do país, como o domínio holandês, a atuação das ordens religiosas e o processo de independência. Todavia, as temáticas eram enfeixadas por uma preocupação provincial, com os impactos no âmbito da Bahia. Também pode ser destacada a prevalência por questões atinentes ao período colonial, indo da dominação holandesa até o processo de independência. Questões caras aos sócios do IHGB, como os povos originários, acabaram sendo totalmente negligenciadas da pauta historiográfica do Instituto da Bahia. Tanto no período pré-colonial, quanto no processo de colonização, esses povos não foram apresentados como um problema relevante para a empreitada de escrita da história provincial.

Ao ser considerada a prerrogativa defendida por von Martius de como se deve escrever a história do Brasil (Martius, 1845), pautada na metáfora dos três rios (português, indígenas e africanos), apenas os povos africanos, pensados na perspectiva da escravidão, foram apresentados como tema. Os portugueses foram contemplados indiretamente, por meio da atuação das ordens religiosas, sem haver um espaço para a questão administrativa da colônia. Já os povos originários, entrariam como alvo da ação “civilizadora” das ordens religiosas. Também chama a atenção a notoriedade atribuída aos temas religiosos, com terço das teses, por meio das ordens religiosas em geral e os jesuítas em particular. Essa predileção sinalizava o quanto os sacerdotes constituíam um grupo numeroso e influente na instituição, capaz de pautar a escrita da história eclesiástica como correlata à história da província.

Todavia, a lista de temas também é relevadora de outras inclinações, que escapam à dimensão civil ou religiosa. Trata-se do predomínio da civilização como eixo norteador das teses a serem vislumbradas pelos sócios. Ela foi diretamente nomeada em metade dos temas, o que evidencia a preocupação em constituir um processo civilizatório ou em identificar os aspectos que pudessem corroborar para o entendimento de que a Bahia já

poderia ser vista como uma província civilizada. Quimera ou realidade, a civilização era o foco dos problemas a serem pensados e debatidos pelos sócios e, consequentemente, divulgados no Periódico do Instituto Histórico da Bahia. O estudo do passado corroborava para a feitura do futuro.

Neste sentido, os integrantes da diretoria estabeleceram as finalidades atribuídas à sociedade científica, incluindo a necessidade de possibilitar a escrita da história da província e a biografia dos homens da terra. Essas ações eram necessárias para suplantar a ação devoradora do tempo, que encobria os grandes feitos pela névoa do esquecimento. Nos idos de 1859, na sessão de recepção do imperador Pedro II à província da Bahia, José de Góes Siqueira, propalou a finalidade da agremiação:

Se lhe concederdes, Senhor, *vossa proteção* ele poderá marchar desassombrado, transpondo os tropeços, que de ordinário encontram as associações desta ordem; envidando todas as forças para reunir e metodicamente entrelaçar esses interesses materiais, que por aí conservam-se dispersos e olvidados, e que muito servirão para construção do belo e majestoso edifício da história pátria. *O fim do Instituto, Senhor, é escrever a história da província e a biografia de seus homens célebres.* Será isto por acaso inútil e supérfluo? (Siqueira, 1894). [Grifos meus]

Nas palavras de recepção reafirmavam a cobrança por apoio imperial. Era uma súplica recorrente desde o ato inaugural da instituição, reiterada em diferentes momentos pela imprensa baiana, conferências e até mesmo em solenidades como a recepção da família imperial na província. Um clamor que não resultara em préstimo por parte de Pedro II. Isso repercutia na constituição de um microclima institucional que reverberava sentimentos ambíguos, conforme já haviam sido experienciados em outros contextos letrados românticos no país, conforme foi aludido por Marcelo de Mello Rangel, onde “a partir da tensão entre pessimismo e desconfiança, por um lado, e otimismo e esperança, por outro, em relação à possibilidade da civilização (revolução moral e material) do Império” (Rangel, 2013, p. 234).

O rogo por auxílio dos cofres públicos não implicava em contradição no tocante ao respaldo científico almejado para a novel instituição. Ao contrário, como ciência de caráter útil ao Estado, tornava-se salutar que recebesse o incremento governamental. De acordo com Valdei Lopes de Araújo, ao longo da primeira metade do século XIX,

Ao fundo desse debate questões como a definição de direitos autorais e da forma de financiamento da vida intelectual estavam em questão. Essa relação mais direta com o mercado (...) seria contraposta à ideia de uma vida intelectual autônoma subsidiada pelo poder público (Araújo, 2015, p. 392).

O discurso de recepção ao imperador proferido pelo letrado baiano explicitava a finalidade atribuída ao Instituto Histórico da Bahia, voltada para a escrita da história e de biografias. José de Góes Siqueira reafirmava as prerrogativas anteriormente apresentadas por confrades como Manoel Correia Garcia e Dom Romualdo de Seixas. No discurso inaugural, o então presidente da instituição elucidou as vantagens de se fundar um instituto:

Que poderia eu dizer-vos sobre as vantagens de um tal estabelecimento, que vós não tenhaes melhor e mais altamente comprehendido e avaliado? Anunciar simplesmente o programma do Instituto Histórico Bahiano, e dizer que elle vai occupar-se da História, Geographia e Estatística da nossa Província, Sciencias da maior transcendência e de que já existem entre nós alguns excellentes e mui apreciáveis ensaios (Seixas, 1863, p. 10-11).

As palavras do arcebispo primaz do Brasil evocavam a escrita da história como uma atividade pragmática, um ofício que resultaria em benefícios empíricos, em suma, um serviço prestado à nação. Essa concepção atribuída aos fazeres historiográficos não necessariamente explicitavam um pensamento peculiar do religioso acerca da história. Ao contrário, ele se aproximava do *ethos* historiográfico que predominou no Brasil ao longo da centúria oitocentista, que de acordo com Rodrigo Turin, encontrava-se ancorado em três *topoi*:

o trabalho do historiador oitocentista mediante três topoi que se tornam recorrentes nos textos historiográficos do século XIX e que indicam os contornos que qualificam a restrição do sujeito enunciante: a sinceridade, a cientificidade e a instrumentalidade (Turin, 2009, p. 14).

A história defendida no Instituto Histórico da Bahia perpassava pelas instâncias da sinceridade, cientificidade e instrumentalidade. Como saber científico e detentora do conhecimento sobre todas as áreas, a história se tornava útil e indispensável aos dirigentes da nação. Dom Romualdo Antônio de Seixas clamou sobre essa característica científica:

Em uma palavra, a História, conduzida pelo espírito, e segundo as regras traçadas pelo Illustre Fenelon no luminoso projecto apresentado à Academia Franceza, será sempre se summo *interesse à toda classe de pessoas*, e com especialidade ao Legislador, ao homem de Estado, ao Theologo, e ao Artista.

Mas, eu repito, não fallo da História em geral, e sim *da particular da nossa Província, principal objecto da fundação do Instituto*, e cuja necessidade é tanto mais digna de atenção, quanto seria mais vergonhosa a ignorância nesta parte da instrucção, podendo-se com mais propriedade applicar-lhe o que acerca da História em geral, dizia o citado Orador Romano – que é ser sempre menino o não saber o que se tem passado antes do próprio nascimento (Seixas, 1863, p. 12). [Grifos nossos]

A história eclodia provida de uma finalidade pragmática, voltada para ilustrar os administradores, os homens de mando e à população em geral. No caso do Instituto Histórico da Bahia, essa missão historiográfica tinha como base a escrita sobre o passado provincial, como uma estratégia de possibilitar a ampliação do passado nacional e o fomento ao patriotismo. Desconhecer a história implicava em perpetuar um povo na infância, por ser incapaz de saber o que ocorreu antes do próprio nascimento. O desconhecimento da história seria uma prova incontestada da ausência dos pilares civilizacionais.

Essa conotação foi defendida no impresso *Jornal da Bahia*, no dia 15 de março de 1856, quando ainda se aventava a possibilidade de fundar um instituto provincial:

Mais uma voz em favor do Instituto Histórico Provincial; mais um brado de animação aos nossos homens de letras, que devem collocar-se à frente dessa idea profícua para a pátria e para a literatura. Não comprehenderão talvez a necessidade desse estabelecimento os homens que não comprehendem a necessidade da história e a influencia directa, que ella exerce no character, nos costumes e nas instituições políticas de uma nação; não comprehenderão ainda os que se limitam ao círculo estreito do presente, sem conhecerem as tradições do passado, sem nutrirem as aspirações do futuro. mas outros, embora poucos, levantam-se energicamente contra esta perigosa atonia do indifferentismo, e vão inaugurar a pátria e a litteratura em novo altar progressista.

(...). Nem se poderia esperar que fossem menores os obstáculos e menos difficoltosos os seus diferentes trabalhos. Extraviados quasi todos os documentos, quasi toda a noticia dos factos, não é comodamente que eles poderão ser encontrados ou descobertos nos mil logares, em que se acham occultos, quando não tenham desaparecido de todo. E, pois, subindo de ponto de difficuldade desses trabalhos mais demorada se torna a marcha do Instituto, não podendo estabelecer com segurança a priori quando termos de ver o monumento de pé.

A árvore há de custar a dar os seus sazonados fructos, não tanto pela infecundidade da terra quanto pela falta de activos cultivadores.

Isto posto, conseguiremos o nosso fim, cessando esta última circumstância. Tal é o mister do Instituto Provincial, tal é o propósito dos seus diversos installadores.

A idéia fundamental de semelhante associação é trabalhar parcialmente na história da Bahia, ministrando assim um grande contingente para a história do império (Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894, p. 88-89).

De acordo com o impresso baiano, a função do sodalício seria escrever a história provincial, como forma de contribuir para a reescrita da história do Brasil. De alguma forma, essa conotação não chegava a questionar a centralização imperial, mas problematizava os impactos de se pensar uma narrativa historiográfica que não contemplasse de forma satisfatória as experiências tecidas nas diferentes províncias.

Essa confluência de pensamento aparentemente sinalizava um microclima institucional marcado por sociabilidades amenas e interpretações coesas. Todavia, apesar de se tratar de uma instituição marcada por trajetória efêmera, os conflitos internos foram recorrentes. Um indício dessas tensões pode ser encontrado no relatório apresentado no dia 3 de maio de 1857, pelo então secretário Manoel Correia Garcia:

E porque tanta guerra? E porque tanta celeuma assim desenvolvida?

Porque – dizem: o Instituto é d’aquelle, que ora tem a honra de falar-vos! Elle é o Instituto!

Eu sou o Instituto? O Instituto é meu?

Ahi vos achaes vós todos para proclamardes commigo – que o Instituto é da Província, que esta Sociedade é do Brazil (Garcia, 1864, p. 105).

O relatório evidenciava que após um ano de fundação, parte dos letrados da Bahia associavam o instituto à figura de seu idealizador, Manoel Correia Garcia. Assim, mais que uma associação de homens de letras, havia a projeção das ideias de um historiador que almejava suplantar o atraso provincial e, impelir aos sócios um modelo de se pensar a história. Embora houvesse uma ampla concentração de ações a cargo do secretário, há indícios que de ele não logrou êxito ao injungir suas interpretações historiográficas aos confrades. Um sinal disso foi o questionamento que o Dr. Martins fez à tese defendida por Manoel Garcia em relação jesuítas, ao negar que os religiosos “fizessem alguma cousa em bem do Brazil, e particularmente da Bahia”, apesar de reconhecer se tratar de “matéria espinhosa e difícil, e que com isso ia acarretar contra si ódios e malquerências pela franqueza de suas ideias”. Contestações como essas elucidam que a efêmera trajetória do Instituto Histórico da Bahia é reveladora da construção de um projeto historiográfico. Todavia, se tratava de uma historiografia permeada em controvérsias. No Instituto Histórico da Bahia a historiografia era um projeto em disputa.

4 Considerações finais

Neste artigo tive como escopo o processo de fundação do Instituto Histórico da Bahia e os embates na construção de um projeto historiográfico entre os sócios que integravam a agremiação. Criado nos idos de 1856, a partir do envolvimento de letrados e religiosos, a instituição se tornou um dos principais espaços de debate e divulgação dos fazeres historiográficos na província da Bahia.

Além disso, a instituição nasceu sob a responsabilidade de empreender a difícil tarefa de criar condições para a escrita da história da Bahia. Missão tida como salutar, pois permitira a condução de políticas públicas, em decorrência da história ser considerada um saber fundamental para governantes, líderes religiosos, militares e para a população em geral. A história, assim, era apresentada como uma ciência-síntese, arquivo dos saberes, repositório de todas as ciências, guardiã da civilização.

Todavia, esse entusiasmo acerca dos fazeres científicos na construção de uma província civilizada no antigo norte do Brasil, que mobilizou parte significativa dos letrados baianos entre as décadas de 1850 e 1860, aos poucos arrefeceu. As atividades do sodalício que no início eram semanais, se tornaram mensais e, posteriormente, desaparecem das manchetes e páginas dos jornais. A instituição que era vista como um santuário da ciência, a luz a propagar a civilização, aos poucos foi apagando-se, sufocada pela frieza da indiferença, sucumbida pela falta de recursos. Desprovida de entusiasmo, sócios e sede, o Instituto Histórico da Bahia cerrava as suas portas definitivamente nos idos de 1877, deixando como legado um leve sopro de inspiração sobre o anseio de se escrever a história da Bahia.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Valdei Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, 365-400, 2015.
- BAHIA. **O instituto histórico da Bahia e o seu periódico (1856-1877)**. ed. fac-similar. Salvador: FUNCEB, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2001.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, t. I, p. 9-17, 1838.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Manoel Correia Garcia. In: **Diccionario Bibliographico Brasileiro pelo Doutor Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, natural da Bahia**. Vol. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p. 50-51.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. **Entre História e Literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da História do Rio Grande do Sul no século XIX**.

- Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- CÉZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- COSTA, Renato. Os três institutos históricos do Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, N. 123, p. 43-51, 1982.
- GARCIA, Manoel Correia. Relatório apresentado ao Instituto Histórico da Bahia em 3 de maio de 1857. **Periódico do Instituto Histórico da Bahia**. Salvador, n. 7, p. 104-107, 1864.
- GARCIA, Manoel Correia. Introdução. **Periódico do Instituto Histórico da Bahia**. Salvador, n. 1, p. 4-8, 1863.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, a. 156, nº 388, p. 459-613, 1995.
- GUIMARÃES, Maria Lúcia Paschoal. **Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2011.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)**. Trad. Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: Eduerj; ANPUH, 2011.
- LIMA, Álvaro Tibério de Moncorvo e. **Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da província o Dr. Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima em 14 de maio de 1856**. Salvador: Typographia de Antônio Olavo da França Guerra e Companhia, 1856.
- MALEVAL, Isadora Tavares. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como receptáculo do presente (1838-1850). **Topoi**. Rio de Janeiro, V. 20, n. 42, p. 627-650, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/topoi/a/wCCXF3vTtGS7RLmBfsTsNyS/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 30 set. 2024.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- RANGEL, Marcelo de Mello. Teria o Império do Brasil um destino trágico? **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro, n. 75, p. 225-236, 2013.
- REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René. **Por uma história política**. 2ª. ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 13-36.
- REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. Opinião da imprensa. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, n. 1, p. 83-148, 1894.
- SANTOS, Evandro. **Tempos e vidas: a biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen**. Curitiba: Appris, 2022.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Casa das Alagoas e as “cousas do passado”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, N. 43, p. 95-116, 2013. Disponível em <https://periodicos.ufs.br/rhigse/article/view/18968/13781> Acesso em 30 set. 2024.

- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Historiar a questão conforme as necessidades modernas e as conveniências do tempo: José Leão Ferreira Souto, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o problema dos limites do antigo Norte (1888-1890). **História Revista**. Goiânia, v. 28, n. 3, p. 52-72, 2023a.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Perlustrando vários documentos guardados: a questão dos limites interestaduais e a heurística nos arquivos do antigo norte do Brasil. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 1-31, 2023b.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Para satisfação plena da zona nortista: José Leão Ferreira Souto e a integração dos sertões do antigo norte brasileiro. **Projeto História**. São Paulo, v. 80, p. 274-301, 2024.
- SEIXAS, D. Romualdo Antonio. Discurso que abriu a primeira sessão inaugural do Instituto Histórico da Bahia em 3 de Maio de 1856. **Periódico do Instituto Histórico da Bahia**. Salvador, n. 1, p. 9-16, 1863.
- SILVA, Aldo José Morais. **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma história política**. 2ª. ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 231-270.
- SIQUEIRA, José de Góes. Discurso que fez na sessão de 30 de outubro de 1850, por ocasião da visita que S. M. fez ao Instituto Histórico da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, n. 2, p. 276-283, 1894.
- TORRES, Tranquilino L. Memória histórica sobre o instituto fundado em 1855. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, ano 1, v. 1, n. 1, p. 65-81, 1894.
- TURIN, Rodrigo. Entre “antigos” e “selvagens”: notas sobre os usos da comparação no IHGB. **Revista de História**. São Paulo, p. 131-146, 2010.
- TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 2, p. 12-28, 2009. Disponível em <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/4/4> Acesso em: 30 set. 2024.

Recebido em: 03 de outubro de 2024

Aprovado em: 10 de dezembro de 2024